

Ata da Assembleia virtual transmitida no site pelo YouTube:

www.dapibge.org.br

DAPIBGE 25 de novembro de 2021 - às 15h

No dia 25 de novembro de 2021 foi realizada , de forma virtual, assembleia da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do IBGE. A senhora Presidente do DAP, Glória Vanicore iniciou o evento fazendo breve resumo da pauta:

1. Colaboradores das Unidades Estaduais
- 2 . Comemoração de Natal: Sodexo e Encontro.
3. Auditoria
4. Inadimplência
5. TCU (filiação ao DAPIBGE)
6. Pesquisa sócios
7. GDIBGE/ Dr. Cláudio
8. Recesso

Em seguida a Sra. Presidente agradeceu a participação de todos e ressaltou que há exatamente oito meses, em 25 de março, em votação NACIONAL, a atual diretoria assumiu o DAPIBGE, norteadada pelo compromisso de defender os interesses dos associados, como reza o Estatuto. Disse que ao longo desse período foram muitos obstáculos, que graças ao compromisso dos diretores e voluntários , estão sendo superados.

Dando sequencia, passou ao primeiro item da pauta, apresentando a relação dos associados interlocutores das Unidades Estaduais (UEs).

Enfatizou que faz parte do compromisso de campanha dar voz as UEs, de modo a atender às demandas dos associados, para além das grandes capitais.

Agradeceu ao associado , Cidinho (Democlaçides) de Recife, que num trabalho incansável, entrou em contato com os estados e nos indicou seus respectivos interlocutores.

Glória apresentou a lista dos voluntários que serão a extensão do DAP no que tange, dentre outras iniciativas a responder às dúvidas, trocar sugestões de assuntos para a pauta das assembleias e lives, que podem desde já serem enviadas para constarem da programação de 2022.

UE	INTERLOCUTORES
AC	MARIA DALVA SILVA DE SOUZA
AL	CARLOS AUGUSTO MENEZES DE SOUZA
BA	MARIA DO SOCORRO PACHECO PINHO
CE	MARIA DE LOURDES FALCÃO DE CASTRO
MA	PEDRO JAMES DE SOUZA GUEDELHA
MG	PAULO ROBERTO GOMES MIRANDA
PA	ANTÔNIO JOSÉ DE SOUZA BIFFI
PB	RINALDO TOSCANO DE SOUZA
PE	VALERIA SÁ MACHADO
PI	LUÍS OZÓRIO DA SILVA NETO
PR	ROSÂNGELA DE OLIVEIRA MAZUR
RN	FRANCISCO URBANO SILVA
RO	ÂNGELA ILCELINA HOLANDA NERY
SE	MARCOS ANTÔNIO BORGES CORREIA
TO	RAIMUNDO COSTA BARBOSA

Em seguida esclareceu que seguindo a orientação do estatuto, no que se refere às Seções Estaduais, a ideia é legitimar os interlocutores o mais rápido possível com uma eleição por UEs em 2022. Reconheceu que esse processo demandará um certo tempo e trabalho, muita articulação e paciência, já que são requeridos uns quatro meses de preparação para cumprir os prazos, entre a formação da comissão eleitoral e a posse dos Representantes.

Em seguida passou a palavra para a Mariângela, que discorreu sobre os eventos programados para o Final de Ano.

2 . Comemoração de Natal: Sodexo e Encontro - Mariangela

Com a palavra Mariângela enfatizou a preocupação da atual gestão em beneficiar outros estados e não só os associados do Rio de Janeiro.

Nas comemorações de Natal para os associados adimplentes, o DAP fará dois tipos de premiação: convite para festa, para os moradores da região metropolitana do Rio de

Janeiro, e Cartões Sodexo (no valor de 150 reais) para os demais Estados. Os interessados devem enviar e-mail para evento2021@dapibge.org.br. No caso dos estados, o número de sorteados será proporcional ao número de associados adimplentes com o DAP em cada UF. Continuando, informou que quem estiver com mensalidades em aberto pode repactuar a dívida, enviando e-mail para financeiro@dapibge.org.br.

O sorteio dos cartões está previsto para ocorrer na semana de 14 a 17 de dezembro, devendo ser entregue por transportadora, portanto é preciso que o cadastro do associado esteja atualizado, com o endereço completo e correto. Por fim, tornou a enfatizar que alguns colegas pensam que podem concorrer ao evento e ao cartão, e reforçou que somente os moradores da área metropolitana do Rio de Janeiro poderão participar da festa.

Terminada sua intervenção Mariângela devolveu a palavra a presidente Glória, que passou a tratar do terceiro item da pauta: Auditoria.

3. Auditoria

Com relação a auditoria, sra presidente disse que, dentre três escritórios orçados foi escolhido o que a Diretoria entendeu ser o melhor preparado, objetivo e aberto à negociar o preço dos seus serviços: Escritório Humaitá, sob a responsabilidade do contador Antônio Ranha. A auditoria abrangerá o período de cinco anos, de janeiro de 2016 a março de 2021, devendo ser concluída em fevereiro de 2022.

Continuou dizendo que na assembleia de março de 2022 pretende relatar o resultado dessa auditoria e avaliar seus possíveis desdobramentos. Salientou também a importância do atual Conselho Fiscal, cuja atuação possibilitou a reorganização da movimentação bancária, facilitando a visualização e o controle das despesas e receitas.

Ainda no tema financeiro, informou que o Inventário de 2019 até 2021 está sendo recuperado, e que também será feita a previsão orçamentária para 2022, de modo a garantir que a Associação tenha reserva em caixa para qualquer eventualidade.

Frisou ser intenção da atual gestão ao término do mandato, fazer nova auditoria e entregar o resultado para a futura gestão.

Passou a palavra a sra. Janete, Diretora Financeira para algumas considerações sobre a necessidade dos associados estarem quites com suas mensalidades.

4. Inadimplência

A diretora Financeira inicialmente informou que a estão sendo enviadas mensagens a todos os associados por zap e e-mail, solicitando que regularizem seus cadastros e verifiquem sua situação financeira.

Observou que ao nos associarmos a qualquer entidade assumimos ganhos e obrigações. Em se tratando do DAPIBGE, de modo geral, o fator principal que leva o servidor a se associar é a possibilidade de incorporação da GPIBGE. Explicou que ao nos aposentarmos, perdemos a gratificação de 50 pontos da gratificação de desempenho, a GDIBGE.

Essa situação foi amenizada em função da ação vitoriosa do escritório de advocacia CMO, contratado pelo DAP, que garantiu a seus associados recuperar 40 pontos dessa gratificação. Como esse ganho foi iniciativa do DAP, o TCU entende que somente seus associados têm direito a essa incorporação. Continuando, relatou que com relação às mensalidades, elas devem estar em dia, pois o TCU exige a comprovação de filiação (certificado de filiação) do servidor que está reivindicando a GDIBGE, seja aposentado ou pensionista. O TCU também questiona com frequência, o vínculo de servidores cuja mensalidade do DAP não consta em seus respectivos contracheques. A justificativa é que alguns associados não têm margem consignável e preferem fazer o pagamento através de depósito bancário. Ocorre que muitos associados não estão cumprindo com a obrigação de realizar o pagamento das mensalidades, o que, segundo o estatuto estariam em desacordo com a condição de associado. É importante o DAP poder provar que o associado está cumprindo suas obrigações, ou seja, está em dia com suas mensalidades. Nesse sentido, a sra Janete alertou aos colegas que verificassem a sua situação financeira no site do DAPIBGE, na Área do Associado. Finalizando, se colocou à disposição para auxiliar os associados que quiserem quitar seus débitos, seja de uma só vez ou parcelando a dívida e exibiu os e-mails e as contas para depósito.

E-mails para envio do comprovante: financeiro@dapibge.org.br

cobranca@dapibge.org.br

CONTAS do DAPIBGE para depósito:

BANCO BRADESCO 237

Agência: 3176-3

Conta corrente: 0182233-0

BANCO SANTANDER 033

Agência: 4692

Conta corrente: 130 000 99-3

CNPJ do DAPIBGE: 05.524.559/0001-34

Pix Bradesco

Chave E-mail: financeiro@dapibge.org.br

Pix Santander

Chave CNPJ: 05524559000134

5 TCU exigencia de filiação ao DAPIBGE

Retomando a palavra, sra. Glória exibiu um exemplo da correspondência que o CRH do IBGE envia a assistência do DAPIBGE relativa aos certificados de filiação de aposentados e pensionistas para que os mesmos tenham direito a incorporação dos 40 pontos.

Explicou que CRH/IBGE precisa incluir a ficha de filiação ao processo de pensão e enviá-la ao TCU. Grande número de processos está sendo devolvido por falta da inclusão das fichas de filiação nos atos de pensão ou aposentadoria para comprovar que o requerente é associado ao DAPIBGE. Isto ocorre principalmente quando no contracheque consta a rubrica de decisão judicial transitado em julgado e não consta o desconto da mensalidade do DAPIBGE. Reafirmou que a incorporação dos 40 pontos da GDIBGE não é um ato meramente administrativo. Foi uma ação ganha pelo escritório de advocacia Camargo Moreira e Ouricuri - CMO, que representa o DAPIBGE e seus associados.

Continuando, a presidente reiterou essas fichas visam atender a exigência do TCU, cada vez mais rigoroso em conceder benefícios aos trabalhadores, exigindo então o certificado que comprove a associação dos mesmos ao DAPIBGE. Observou que nem sempre o certificado pode ser emitido, pois o servidor muitas vezes desconhece a necessidade de ser sócio do DAPIBGE para ter direito aos 40 pontos da GDIBGE.

Solicitou por último que todos alertem aos seus colegas "aposentáveis", para que se filiem ao DAP de preferência dois ou três meses antes de dar entrada na aposentadoria, e autorizem no aplicativo SouGov, o desconto da mensalidade do DAPIBGE (no valor de 20,00 reais) em seus contracheques.

Terminado esse assunto, a presidente passou a palavra ao assistente da Diretoria, Antonio Alkmim

6. Pesquisa com os sócios

O assistente da Diretoria, Antonio Alkmim, tratou de dois pontos importante que dizem respeito ao DAP e às suas preocupações. Primeiro, anunciou a intenção do DAP de realizar uma pesquisa com os seus associados, a partir de fevereiro. Esta pesquisa será constituída de um questionário eletrônico, a ser remetido pelo e-mail de todos que pertencem ao DAP. Abordará temas de interesse, perfil do associado, condições de vida e de saúde, questões em relação às suas preocupações em relação ao DAP e ações e atividades que devem ser exercidas pela entidade, assim como uma avaliação de um ano de mandato. Salientou que, até onde se tem notícia, esta será a primeira pesquisa feita pelo DAP que contará com o apoio de Marketing para divulgá-la ao maior número possível de associados, que devem responder ao questionário e reenviá-lo ao DAP. Na sequência, disse que o segundo tema se relacionava à iniciativa tomada pelo governo e agora trazida à mesa pela atual Direção do IBGE, sobre a mudança dos critérios que definem a carreira de nível médio. Ressaltou que esta mudança, como bem apontou a

nota da ASSIBGE, traz riscos para os técnicos atuais, para os futuros e mesmo para os aposentados. Do mesmo modo que a ASSIGE se manifestou através de uma nota contra o procedimento, em resolução de reunião da Diretoria o DAP declarou seu apoio espontâneo ao movimento em defesa dos técnicos da Casa e conclama a todos que o façam, pois trata-se de um genuíno movimento nascido entre os trabalhadores.

7. GDIBGE/ Dr Cláudio

Na sequência, a presidente passou a palavra ao Dr. Claudio, advogado do CMO.

Com a palavra Dr. Cláudio agradeceu a oportunidade e trouxe a atualização sobre as execuções individuais da GDIBGE. Iniciou destacando que cerca de 790 associados já receberam seus créditos e todo mês esse número é atualizado, com novos RPVs que são pagos. Segundo ele, até agora foram pagos mais de 72 milhões de reais e o escritório está prosseguindo nessa luta longa e difícil, mas cada mês com mais associados recebendo seus créditos.

Aproveitando a oportunidade, discorreu sobre a PEC dos Precatórios que já passou pela Câmara e agora deve ir para o Senado e essa questão tem gerado muitas dúvidas no atendimento do escritório. Pediu calma e paciência pois acredita que a PEC dos Precatórios ainda vai passar por alterações. Salientou que no momento é difícil trazer informações consistentes sobre essa matéria. Garantiu que o CMO está acompanhando dioturnamente o assunto, já que o resultado pode interferir diretamente nos créditos dos associados. Pelo texto atual, a PEC dos Precatórios preserva os créditos alimentares e a preferência para pagamento aos idosos. Então, muito provavelmente se houver aprovação dessa PEC, o texto deve preservar os associados que são idosos e que recebem precatórios alimentares. No momento não é possível saber o que pode ser aprovado. Tão logo haja algo definido, o escritório dará os esclarecimentos aos associados, podendo ser convocada uma assembleia para isso.

Outro ponto abordado pelo Dr. Cláudio foi a questão dos boletos referentes à incorporação. Lembrou que a GDIBGE surgiu em 2008, sendo o mandado de segurança coletivo datado de 2009. Nessa ocasião, o contrato estabelecido com o DAP e com os associados diz que nos primeiros quatro meses da incorporação dos 40 pontos no contracheque, os associados devem pagar através de boleto bancário, 30% do valor correspondente a incorporação da GDIBGE. Relatou que um enorme percentual dos associados ainda não quitou completamente essa dívida, sendo importante que essas pessoas efetuem o pagamento. O setor financeiro do escritório está aberto a negociação, com parcelamentos se for necessário. Pediu aos interessados que entrem em contato, e que até o presente momento não há multa, apenas o valor inicial.

Dr. Cláudio reforçou a necessidade dos servidores serem filiados ao DAPIBGE para receberem os 40 pontos, lembrando que o pressuposto para ter direito a incorporação e eventualmente a ação dos atrasados, é de que a pessoa seja associada ao DAPIBGE.

Reforçou que a condição de associado não só é essencial como intrínseca para ser credor desse título do mandado de segurança coletivo. Nesse sentido, é fundamental que o servidor ou pensionista permaneça associado. Pelo menos em tese, se a pessoa perder a condição de associado, automaticamente ela também perde o direito a gratificação. É importante também atender aos pressupostos do Estatuto do DAPIBGE (manter as mensalidades em dia).

Por último reforçou que o escritório está sempre à disposição através de telefone, WhatsApp e e-mail. Atualmente estão em curso mais de mil processos e mais de quatro mil recursos tramitando tanto no TF2, STJ e STF. Reconhece ser um trabalho hercúleo, envolvendo uma equipe muito grande de advogados, estagiários, pessoal administrativo e mesmo assim às vezes a resposta não vem na velocidade desejada. Enfatizou que cada vez mais o escritório está implementando mudanças com a intenção de melhorar o atendimento, mas evidentemente o foco principal é cuidar dos processos. Está sempre à disposição para atender da melhor forma possível.

Finalizando, a sra Glória agradeceu a participação de todos, e anunciou que o recesso de final de ano do DAP será no período de 20 de dezembro a 7 de janeiro, voltando no dia 10 de janeiro.